



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

1

**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 4ª VARA DO
TRABALHO DE CAMPINA GRANDE**

Equipe de Correição: Isêlma Maria de Souza Rodrigues, Cláudia Maria Bandeira Correia Lima Vilar, Carlos Firmino de Sousa, Maria Elizabete dos Santos Melo, Reginaldo Pires Moura Brasil, Silvana Marsicano Franca, Zirley Maria Bezerra e Adelcídio Pereira Júnior.

Jurisdição	Alagoa Nova, Alcantil, Algodão de Jandaíra, Amparo, Arara, Areial, Aroeiras, Assunção, Barra de Santana, Barra de São Miguel, Boa Vista, Boqueirão, Cabaceiras, Camalaú, Campina Grande, Caraúbas, Caturité, Congo, Coxixola, Esperança, Fagundes, Gado Bravo, Gurjão, Itatuba, Juazeirinho, Juarez Távora, Lagoa Seca, Massaranduba, Matinhas, Montadas, Monteiro, Natuba, Olivedos, Ouro Velho, Parari, Pocinhos, Prata, Puxinanã, Queimadas, Riachão do Bacamarte, Riacho de Santo Antônio, Remígio, Santa Cecília, São Domingos do Cariri, São João do Cariri, São João do Tigre, São José dos Cordeiros, São Sebastião de Lagoa de Roça, São Sebastião do Umbuzeiro, Santo André, Serra Branca, Serra Redonda, Soledade, Sumé, Umbuzeiro e Zabelê.
Normativo de criação	Lei nº 10.770, de 21.11.2003
Data de instalação	27.10.2005
Data da última correição	04 a 11.05.2017
Período de correição	12 a 14.03.2018

Aos 12 de março de 2018, sob a supervisão do Excelentíssimo Senhor Desembargador Corregedor **WOLNEY DE MACEDO CORDEIRO**, foi realizada a abertura dos trabalhos correicionais da 4ª Vara do Trabalho de Campina



Grande, relativos ao período de 04.05.2017 a 11.03.2018, em cumprimento ao disposto no inciso I do artigo 25 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, conforme Edital de Correição nº 005/2018 publicado no DA-e e DEJT, no sítio eletrônico deste Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região e enviado à Secretaria da Vara por correio eletrônico.

O Desembargador Corregedor foi recebido pela Exmª Srª Juíza Titular da Vara, Maria Íris Diógenes Bezerra, pelo Juiz Substituto Permanente, Sérgio Cabral dos Reis, pela Diretora de Secretaria e demais servidores lotados na Unidade Judiciária. Com base na análise dos processos selecionados para correição, na consulta dos dados estatísticos fornecidos pelos sistemas e-Gestão, Hórus e SAOPJE referentes ao período de 1º.04.2017 a 28.02.2018 (11 meses) e nas informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, a Corregedoria Regional apurou o seguinte:

1. ESTRUTURA FUNCIONAL

1.1 Magistrada Titular

Juíza Titular	Titularidade na Unidade
Maria Íris Diógenes Bezerra	16.02.2011 - Ato TRT GP Nº 50/2011

1.1.1 Afastamentos de Jurisdição – Juíza Titular (Fonte: SUAP)

Motivação	Normativo	Período	Dias
Capacitação	Ato TRT EJUD Nº 026/2017	31.05.2017 a 02.06.2017	3
Férias	Protocolo TRT Nº 16788/2016	03.07.2017 a 1º.08.2017	30
Capacitação	Protocolo TRT Nº 10998/2017	03.08.2017 a 03.08.0.2017	1
Capacitação	Protocolo TRT Nº 016-00082/2017	1º.09.2017 a 1º.09.2017	1
Capacitação	Protocolo TRT Nº 13200/2017	28.09.2017 a 29.09.2017	2
Capacitação	Protocolo TRT Nº 12403/2017	08.10.2017 a 11.10.2017	4
Capacitação	Protocolo TRT Nº 15410/2017	26.10.2017 a 27.10.2017	2
Capacitação	Ato e EJUD TRT Nº 091/2017	10.11.2017 a 10.11.2017	1
Capacitação	Ato e EJUD TRT Nº 092/2017	17.11.2017 a 17.11.2017	1



Capacitação	Ato e EJUD TRT Nº 093/2017	24.11.2017 a 24.11.2017	1
Capacitação	Ato TRT SCR 132/2017	26.11.2017 a 29.11.2017	4
Férias	Protocolo TRT Nº 11990/2017	26.02.2018 a 27.03.2018	30
TOTAL			80

1.1.2 Magistrado Substituto fixo

Juiz Substituto fixo	Fixação na Unidade
Sérgio Cabral dos Reis	22.03.2010 - Ato TRT GP Nº 079/2010

1.1.3 Afastamentos de Jurisdição – Juiz Substituto fixo (Fonte: SUAP)

Motivação	Normativo	Período	Dias
Férias	Protocolo TRT Nº 16788/2016	17.04.2017 a 16.05.2017	30
Capacitação	Protocolo TRT Nº 6464/2017	31.05.2017 a 02.06.2017	3
Capacitação	Ato TRT SCR Nº 060/2017	19.06.2017 a 22.06.2017	4
Capacitação	Protocolo TRT Nº 10981/2017	27.07.2017 a 27.07.2017	1
Capacitação	Protocolo TRT Nº 13200/2017	28.09.2017 a 29.09.2017	2
Capacitação	Protocolo TRT Nº 12403/2017	08.10.2017 a 11.10.2017	4
Capacitação	Protocolo TRT Nº 14183/2017	26.10.2017 a 27.10.2017	2
Capacitação	Ato TRT EJUD Nº 090/2017	29.10.2017 a 1º.11.2017	4
Férias	Protocolo TRT Nº 16788/2016	20.11.2017 a 19.12.2017	30
Férias	Protocolo TRT Nº 11990/2017	24.01.2018 a 22.02.2018	30
TOTAL			110

1.2 Assiduidade dos Magistrados - Titular e Substitutos

Não há registro de inassiduidade na Corregedoria, ou manifestações dessa ocorrência na Ouvidoria, em face da Magistrada Titular e dos Juízes Substitutos que atuaram na Vara durante o período correicionado.

1.3 Servidores lotados na Unidade (Fonte: CAPPE)

A 4ª Vara do Trabalho de Campina Grande conta, atualmente, com **14** servidores:



Servidor	Cargo/Função	Data lotação
Alessandra Macedo Freire de Mesquita	Técnico Judiciário - Diretora Substituta	22.02.2016
Ângela Cristina Azevedo de Melo	Técnico Judiciário - Assistente IV	10.09.2009
Ângelo Rocha Maracajá	Técnico Judiciário - Assistente IV	1º.12.2014
Emanuel Holanda Almeida	Técnico Judiciário – Assistente de Juiz	21.11.2012
Érick Gustavo de Oliveira Sales	Técnico Judiciário - Assistente V	19.01.2015
George Firmo Soares	Técnico Judiciário - Assistente III	1º.12.2015
Karwana Santos do Amaral	Técnico Judiciário - Assistente III	28.11.2016
Lucila de Fátima Tenório Pereira	Técnico Judiciário - Assistente III	1º.03.2018
Marcus Flávio Bindá Praxedes	Técnico Judiciário - Assistente IV	25.10.2005
Pedro Apóstolo de Carvalho Filho	Técnico Judiciário - Assistente IV	25.10.2005
Rafaela Oliveira Marques Dantas	Técnico Judiciário - Diretor de Secretaria	02.06.2006
Renata Maria Jacinto da França	Técnico Judiciário - Assistente de Juiz Titular	09.09.2013
Sérgio Antônio Almeida Silva	Técnico Judiciário	1º.12.2014
Wolney César dos Reis Cabral	Técnico Judiciário - Assistente de Diretor	02.12.2013

A Unidade adota, quanto à forma de trabalho, no Sistema SUAP, a divisão de tarefas por faixa processual, e, no Sistema PJ-e, por dígito final do processo, segundo informações prestadas pela Diretora de Secretaria.

2. ACERVO PROCESSUAL DA UNIDADE (Fonte: e-Gestão)

De acordo com os dados fornecidos pelo e-Gestão, a 4ª Vara do Trabalho de Campina Grande contabilizava, em 28.02.2018, um acervo processual de **3.113** processos:

Item	Quantidade
Fase de conhecimento	1.524
Fase de liquidação	212
Fase de execução	1.335
Cartas precatórias e de ordem	42

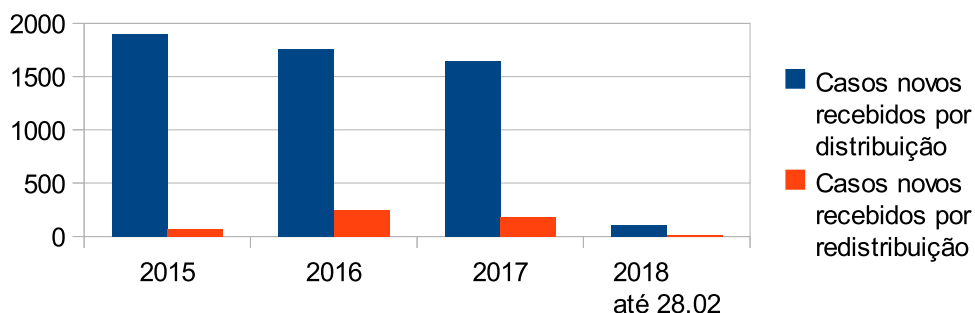


2.1 Fase de conhecimento (Fonte: e-Gestão)

2.1.1 Casos novos

Item	2015	2016	2017	2018 até 28.02
Casos novos recebidos por distribuição	1.902	1.761	1.644	102
Casos novos recebidos por redistribuição	67	250	180	9
TOTAL	1.969	2.011	1.824	111

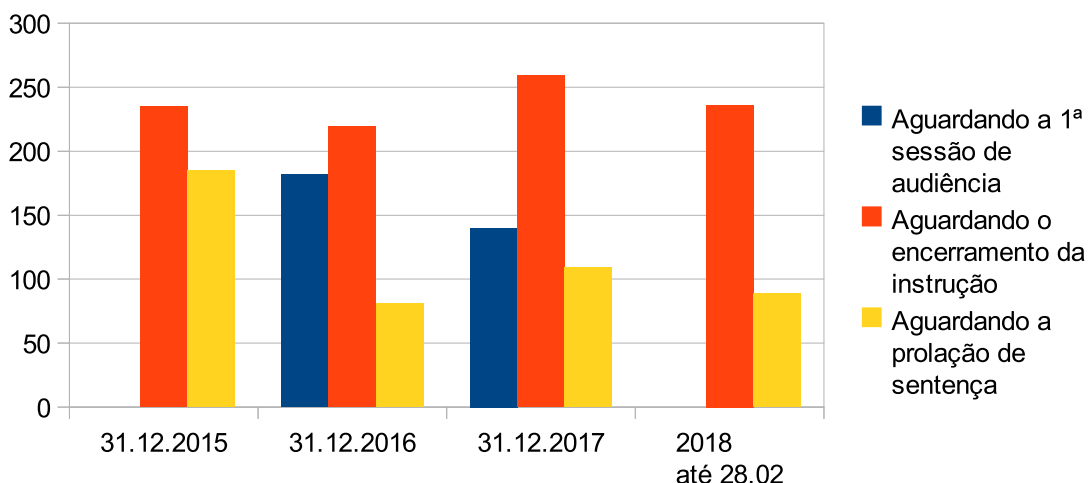
Desse acervo, são processos do tipo “tramitação preferencial”: no exercício de 2015, **533**; em 2016, **422**; em 2017, **481** e até 28.02.2018, **70** processos.



2.1.2 Pendentes de solução (Fonte: e-Gestão)

A realidade da movimentação processual vivenciada pela Unidade, quanto aos processos sem prolação de sentença, expressa-se nos seguintes números:

Item	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2017	2018 até 28.02
Aguardando a 1ª sessão de audiência	164	182	140	119
Aguardando o encerramento da instrução	235	219	259	236
Aguardando a prolação de sentença	185	81	109	89
Total	584	482	508	456



2.1.3 Pendentes de finalização (Fonte: e-Gestão e Hórus)

Saldo residual dos processos que não foram finalizados*, ou seja, aqueles processos que, muito embora já tenham recebido uma decisão, os cálculos ou satisfeito o crédito (conforme a fase processual), ainda estão impactando a Unidade por ausência de impulso processual.

Item	2015	2016	2017	2018 até 28.02	Variação (%)		
					2015/2016	2016/2017	2017/2018
Fase de conhecimento	1.828	2.127	1.867	1.524	16,35%	- 12,22%	- 18,37%
Fase de liquidação	185	150	213	212	- 18,91%	42%	- 0,47%
Fase de execução	1.017	1.215	1.307	1.335	19,46%	7,57%	2,14%

*Na fase de conhecimento, consideram-se finalizados os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.

Na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

Na fase de execução, os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.



3 PRODUTIVIDADE DA UNIDADE

3.1 Panorama das audiências

A Unidade realiza audiências de segunda a quinta-feira.

As últimas audiências agendadas pela Unidade foram:

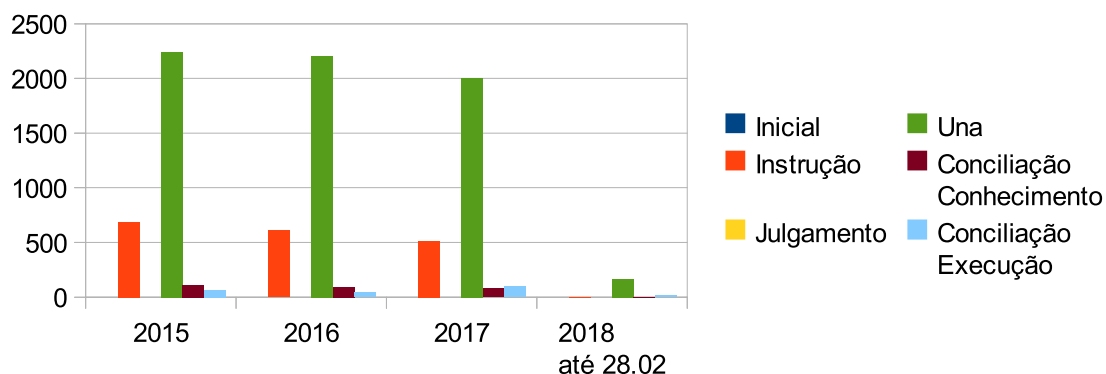
Rito Sumaríssimo	16.04.2018	RTSum 0000143-05.2018.5.13.0023
Rito Ordinário	10.04.2018	RTOrd 0000124-96.2018.5.13.0023
Audiência de Instrução	18.04.2018	RTOrd 0001338-59.2017.5.13.0023
Audiência Una	07.05.2018	RTOrd 0000095-46.2018.5.13.0023

3.1.1 Processos aguardando inclusão em pauta:

A Unidade não apresenta pendência de processos a incluir em pauta.

3.1.2 Audiências realizadas (Fonte: e-Gestão)

Item	2015	2016	2017	2018 até 28.02
Inicial	-	-	-	-
Instrução	687	611	512	3
Julgamento	-	-	-	-
Una	2.240	2.204	2.004	165
Conciliação Conhecimento	109	93	76	2
Conciliação Execução	62	44	95	12
TOTAL	3.098	2.952	2.687	182





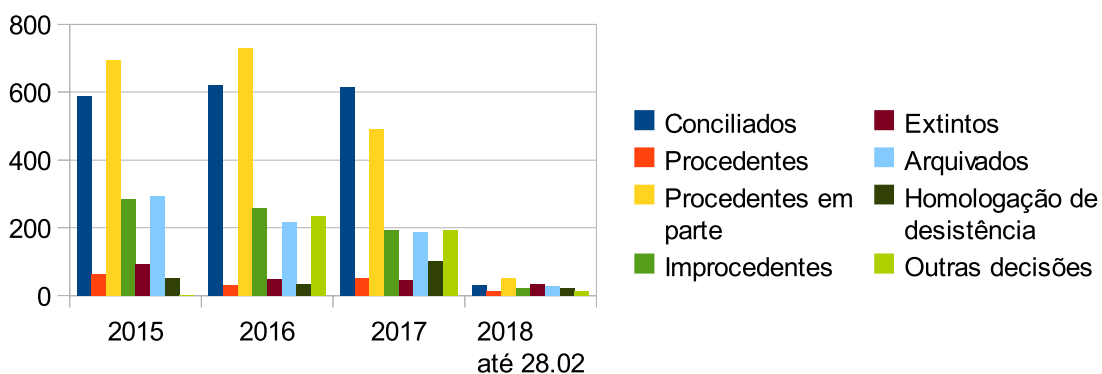
3.1.3 Audiências adiadas *sine die* (Fonte: Pje)

Dos processos submetidos à análise correicional, encontram-se fora de pauta:

Processo	Justificativa
0001315-16.2017.5.13.0023	Fora de pauta aguardando perícia
0001567-19.2017.5.13.0023	Fora de pauta aguardando perícia
0001552-50.2017.5.13.0023	Fora de pauta aguardando perícia
0000789-83.2016.5.13.0023	Fora de pauta aguardando perícia

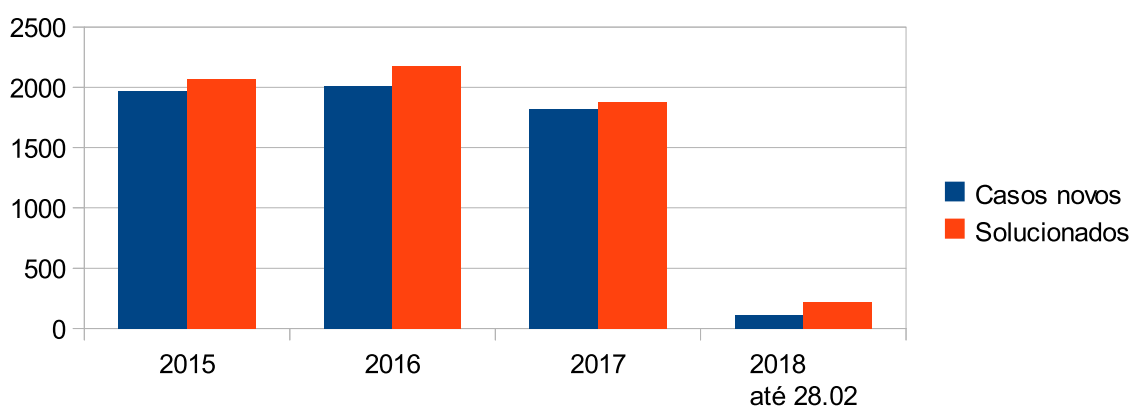
3.2 Solucionados na fase de conhecimento (Fonte: e-Gestão)

Item	2015	2016	2017	2018 até 28.02
Conciliados	588	622	614	31
Procedentes	65	32	51	12
Procedentes em parte	693	730	491	53
Improcedentes	285	258	195	22
Extintos	94	48	45	35
Arquivados	292	218	186	29
Homologação de desistência	51	35	103	22
Outras decisões	3	233	194	12
TOTAL	2.071	2.176	1.879	216

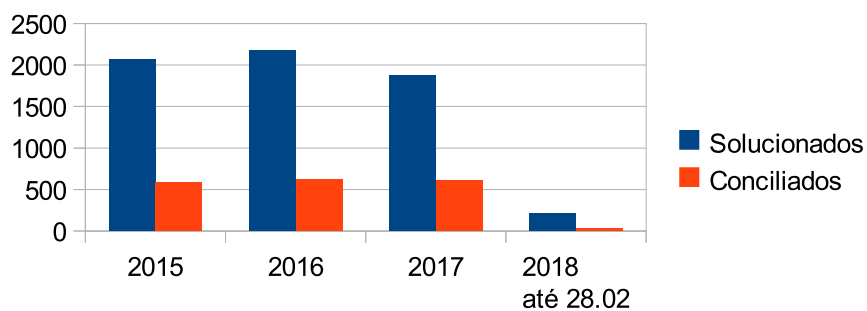


**3.2.1 Índice de solução x casos novos** (Fonte: e-Gestão)

Item	2015	2016	2017	2018 até 28.02
Casos novos	1.969	2.011	1.824	111
Solucionados	2.071	2.176	1.879	216
Percentual	105,18%	108,20%	103,01%	194,59%

**3.2.2 Índice de conciliados x solucionados** (Fonte: e-Gestão)

Item	2015	2016	2017	2018 até 28.02
Solucionados	2.071	2.176	1.879	216
Conciliados	588	622	614	31
Percentual	28,39%	28,58%	32,67%	14,35%



**3.3 Produtividade dos magistrados – solucionados** (Fonte: e-Gestão)

Magistrados	Com exame do mérito						Sem exame do mérito			Total
	Conciliação	Procedente	Proc. Parte	Improcedente	Extinto	Outras decisões	Arquivado	Extinto	Desistência / Outras decisões	
Maria Íris Diógenes Bezerra	237	31	204	68	4	-	68	18	170	800
Sérgio Cabral dos Reis	212	15	153	80	3	-	70	22	84	639
Adriana Lemes F. Maracajá Coutinho	14	-	15	12	-	-	5	-	3	49
Ana Beatriz Dias F. Gondim	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3
Ana Paula Cabal Campos	2	-	-	-	-	-	-	-	-	2
David Sérvio C. dos Santos	3	-	-	-	-	-	-	-	-	3
Marcello Wanderley Maia Paiva	5	3	2	-	-	-	2	-	-	12
Rodrigo Anderson Ferreira Oliveira	14	2	21	10	-	-	4	2	-	53

No período correicionado, a Juíza Titular laborou 284 dias, perfazendo uma média de produção de 2,82 processos/dia. O Juiz substituto fixo laborou 233 dias, com média de produção de 2,74 processos/dia.

Quanto aos demais juízes que atuaram na Unidade, em razão da intermitência de atuação, não é razoável aqui se registrar uma média de produção.

3.3.1 Incidentes julgados (Fonte: e-Gestão)

Magistrados	Embargos de declaração	Antecipação de tutela	Impugnação à sentença de liquidação	Embargos à execução	Embargos à arrematação	Exceção de pré-executividade	Total
Maria Íris D. Bezerra	79	100	10	32	-	1	222



Sérgio Cabral dos Reis	58	40	5	14	-	3	120
Adriana Lemes F. Maracajá Coutinho	4	-	-	-	-	-	4
Marcello Wanderley Maia Paiva	1	-	-	-	-	-	1
Rodrigo Anderson Ferreira Oliveira	9	1	-	-	-	-	10

3.3.2 Produtividade da magistrada titular – audiências realizadas (Fonte: e-Gestão)

MARIA ÍRIS DIÓGENES BEZERRA			
DEMONSTRATIVO DE AUDIÊNCIAS – PERÍODO CORREICIONADO			
Realizadas	Inicial	-	
	Instrução	188	
	Julgamento	-	
	Una	1.006	
	Total	1.194	
	Conciliação	Fase de conhecimento	27
		Fase de execução	52
	Total de audiências realizadas		1.273

3.3.3 Produtividade do magistrado substituto fixo – audiências realizadas (Fonte: e-Gestão)

SÉRGIO CABRAL DOS REIS			
DEMONSTRATIVO DE AUDIÊNCIAS – PERÍODO CORREICIONADO			
Realizadas	Inicial	-	
	Instrução	193	
	Julgamento	-	
	Una	617	
	Total	810	
	Conciliação	Fase de conhecimento	21
		Fase de execução	36



	Total de audiências realizadas	867
--	---------------------------------------	------------

3.4 Índice de congestionamento

3.4.1 Índice de congestionamento - fase de conhecimento (Fonte: TRT13 em números)

Item	2015	2016	2017
Processos de conhecimento baixados	1.385	1.968	1.709
Casos novos de conhecimento	1.902	1.761	1.824
Casos pendentes de conhecimento	1.828	827	746
Taxa de congestionamento	63%	24%	34%

3.4.2 Índice de congestionamento - fase de execução (Fonte: TRT13 em números)

Item	2015	2016	2017
Processos de execução baixados	262	534	645
Casos novos de execução	176	535	626
Casos pendentes de execução	1.017	987	945
Taxa de congestionamento	78%	65%	64%

3.5 Incidentes Processuais (Fonte: e-Gestão)

Item		2015	2016	2017	2018 até 28.02
Embargos de declaração	Recebidos	148	199	144	29
	Baixados	175	164	178	17
	Pendentes	33	66	28	40
Antecipação de tutela	Recebidos	110	136	91	13
	Baixados	87	125	57	8
	Pendentes	28	45	13	16
Impugnação à sentença de liquidação	Recebidos	46	32	26	3
	Baixados	67	35	12	1
	Pendentes	28	27	39	40
Embargos à execução	Recebidos	61	81	56	13
	Baixados	78	60	56	9



	Pendentes	20	36	27	31
Embargos à arrematação	Recebidos	1	-	-	-
	Baixados	1	-	-	-
	Pendentes	-	-	-	-
Exceções de pré-executividade	Baixados	7	20	3	-
	Pendentes	6	11	13	-
	Pendentes	3	11	-	-

3.6 Recursos interpostos

PERÍODO: 1º a 28.02.2018					
Item	Novos	Recebidos	Não recebidos	Baixados	Pendentes
Recurso ordinário	53	39	2	-	64
Recurso adesivo	3	2	-	-	8
Agravo de petição	3	1	-	-	8
Total	59	42	2	-	80

Observa a Corregedoria que a Unidade exerce regular e explícito pronunciamento acerca da admissibilidade dos recursos interpostos, em total observância ao Ato TRT SCR nº 018/2016, art. 3º, XVII.

3.7 Fase de execução (Fonte: e-Gestão)

tem	2015	2016	2017	2018 até 28.02
Execuções pendentes	664	971	1.070	1.161
Execuções iniciadas	177	535	580	135
Recebidos de outros Órgãos	-		-	-
Execuções encerradas	189	534	568	104
Remetidos a outros Órgãos	-	5	2	-
Processos arquivados provisoriamente	71	110	85	64
Total de processos pendentes de execução	971	1.070	1.161	1.177

**3.8 Cartas precatórias** (Fonte: e-Gestão)

Item	2015	2016	2017	2018 até 28.02
Recebidas	101	70	68	9
Devolvidas	100	64	41	31
Pendentes de devolução	33	38	64	42

4. PANORAMA DO PRAZO MÉDIO**4.1 Fase de conhecimento** (Fonte: e-Gestão)

Item	2015	2016	2017
Do ajuizamento até a realização da 1ª audiência – rito sumaríssimo	35,06	25,45	32,52
Do ajuizamento até a realização da 1ª audiência – exceto rito sumaríssimo	35,94	28,04	36,24
Da realização da primeira audiência até o encerramento da instrução - rito sumaríssimo	25,76	21,76	16,62
Da realização da primeira audiência até o encerramento da instrução - exceto rito sumaríssimo	70,37	63,6	50,33
Do ajuizamento até o encerramento da instrução - rito sumaríssimo	55,49	46,32	44,75
Do ajuizamento até o encerramento da instrução - exceto rito sumaríssimo	104,78	84,52	78,48
Da conclusão até a prolação de sentença - rito sumaríssimo	26,09	24,8	23,91
Da conclusão até a prolação de sentença - exceto rito sumaríssimo	30,38	34,6	30,4
Do ajuizamento até a prolação da sentença - rito sumaríssimo	68,64	53,58	48,77
Do ajuizamento até a prolação da sentença - exceto rito sumaríssimo	122,99	99,22	88

4.2 Duração do processo na fase de conhecimento -TMDP1c (Fonte:Hórus)



Em consideração aos indicadores estabelecidos no Planejamento Estratégico do Tribunal (2015-2020), em especial o “Indicador 03” que mede o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento (TMDP1c - do ajuizamento da ação até a prolação da sentença), temos os seguintes números para o ano-base **2017**: **49** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e **92** dias para o rito ordinário, apresentando um total de **83** dias para os dois ritos.

O prazo praticado pela Unidade se apresenta abaixo da média atual das demais Unidades de 1ª instância da 13ª Região (**99** dias), como também é inferior ao desempenho verificado no ano de **2016**, que foi de **54** dias para o rito sumaríssimo e de **100** dias para os processos submetidos ao rito ordinário, perfazendo uma média de **92** dias para os dois ritos.

4.3 FASE DE LIQUIDAÇÃO (Fonte: e-Gestão)

Prazo médio	2015	2016	2017
Do início até o encerramento da liquidação – rito sumaríssimo	60,21	40,56	41,67
Do início até o encerramento da liquidação – exceto rito sumaríssimo	121,18	52,76	52,01

4.4 FASE DE EXECUÇÃO (Fonte: e-Gestão)

Prazo médio	2015	2016	2017
Do início até o encerramento da execução – ente privado	601,51	607,09	575,53
Do início ao encerramento da execução – ente público	608,2	732,43	0 00 1.793,77

Quanto ao tempo médio de duração do processo na fase de execução (TMDP1e - do início da fase até o encerramento da execução) no exercício **2017**, temos: **706** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e **510** dias para aqueles do rito ordinário, apresentando um total de **524** dias.



No exercício de **2016**, o tempo médio foi de **847** dias para o rito sumaríssimo e **380** dias para os processos do rito ordinário, o que totalizou **640** dias para os dois ritos.

5 PAGAMENTOS E ARRECADAÇÕES (Fonte: e-Gestão)

VALORES PAGOS (R\$)					
Item	Sistema	2015	2016	2017	2018 até 28.02
Acordo	SUAP (legado)	418.496,42	-	-	-
	PJe	9.745.422,00	2.239.243,08	4.277.877,1	1.163.457,82
Espontâneo	SUAP (legado)	588.601,77	14.880,05	2.150,00	1.150,00
	PJe	64.444,47	1.249.632,42	2.999.050,03	1.484.766,52
Execução	SUAP (legado)	741.517,75	44.393,35	37.007,59	7.286,00
	PJe	13.907,96	680.964,38	1.016.776,80	510.416,01
TOTAL		11.572.390,37	4.229.113,28	8.332.861,52	3.167.076,35

ARRECADAÇÕES (R\$)					
Item	Sistema	2015	2016	2017	2018 até 28.02
Custas processuais	SUAP (legado)	48.060,18	16.652,87	9.918,03	228,86
	PJe-JT	13.309,25	48.508,18	393.680,52	48.542,38
Emolumentos	SUAP (legado)	-	-	-	-
	PJe-JT	2.820,54	-	-	-
Contribuição previdenciária	SUAP (legado)	676.120,04	596.224,91	259.369,35	116.287,61
	PJe-JT	79.904,03	523.523,29	1.069.139,68	413.238,34
Imposto de renda	SUAP (legado)	21,67	-	-	-
	PJe-JT	-	3.127,03	20.261,97	-
TOTAL		820.235,71	1.188.037,28	1.752.369,55	578.297,19
Custas processuais	SUAP (legado)	101.325,02	23.580,03	3.180,00	-



dispensadas	PJe-JT	855.212,08	810.974,58	687.172,41	82.568,60
TOTAL		956.537,10	834.554,61	690.352,41	82.568,60

6 DEMAIS ASPECTOS DE EXAME OBRIGATÓRIO (ATO TRT SCR Nº 18 E ART. 24 DA CONSOLIDAÇÃO DOS PROVIMENTOS DA CGJT)

6.1 Exaurimento das iniciativas do juízo para tornar exitosa a execução

Constatou o Desembargador Corregedor que há esforço concentrado do Juízo quanto ao uso regular dos sistemas eletrônicos:

Item	Sistema	Quantidade
BACENJUD	SUAP	71
	PJe	378
	TOTAL	458
INFOJUD	SUAP	15
	PJe	2
	TOTAL	17
RENAJUD	SUAP	76
	PJe	11
	TOTAL	87
BNDT	Processos com registro de dados	48
	Processos com inclusão de devedor	41
	Processos com exclusão de devedor	10
	Processos com devedores inscritos	613
	TOTAL	712

Fontes: SUAP, PJe e e-Gestão

Verificou o Desembargador Corregedor que a Unidade procede ao registro fidedigno dos principais atos processuais praticados, como liquidação de sentença, quitação, oposição de embargos.

7 PROCEDIMENTOS CORREICIONAIS

7.1 Processos analisados



Foram analisados **100** processos,, por amostragem no PJe, selecionados pelos critérios estabelecidos no artigo 2º do Ato TRT SCR nº 018/2016, havendo a prolação de **18** despachos correicionais no Pje e **16** no SUAP.

O Desembargador Corregedor parabeniza a equipe pela redução substancial dos despachos correicionais em relação à correição anterior.

Fica concedido o prazo de 10 dias para cumprimento dos despachos e recomendações, com a devida comunicação à Corregedoria Regional.

7.2 Gestão do Sistema Processual

No SUAP, foi identificado o processo 0106100-10.2009.5.13.0023 paralisado há mais de 40 dias e 13 protocolos pendentes de juntada e/ou apreciação. Além de 02 guias pendentes (sem protocolos).

7.2.1 Agrupadores:

Agrupador	Quantidade	Processo mais antigo no agrupador
Processos com Petições Avulsas	4	Todos com entrada em março/2018
Processos com Habilitações nos Autos Não Lidas	20	Todos com entrada em março/2018
Processos com petições não apreciadas	80	RTOrd 0001159-28.2017.5.13.0023 entrada em 27.02.2018

7.2.2 Processos em caixas de caráter transitório:

Fluxo	Quantidade	Processo mais antigo no fluxo
Análise de Conhecimento	9	RTOrd 0000699-41.2017.5.13.0023 - entrada em 06.03.2018
Análise de Liquidação	7	RTOrd 0000039-47.2017.5.13.0023 - entrada em 06.03.2018
Análise de Execução	103	RTOrd 0000248-16.2017.5.13.0023 - entrada em 09.02.2017



**8 METAS DO CNJ** (Fonte: Hórus)

Meta 1/2017 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no exercício anterior –	
IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	122%
Unidade Correicionada	121%

Meta 1/2018 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente –	
Unidades de primeiro grau do TRT	128%
Unidade Correicionada	129%

Para efeito de controle da **Meta 1/2018** foram contabilizados, de acordo com a regra negocial, **47** casos novos (por distribuição) e **58** julgamentos (primeiro julgamento), atingindo o percentual de **129%**.

Meta 2/2018 - Identificar e julgar, até 31/12, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 2015	
IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	99%
Percentual de julgamento calculado sobre 90% dos processos distribuídos e não solucionados até 31.12.2015	97%

Meta 3/2018 - Aumentar o índice de conciliação, na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2014/2015 em dois pontos percentuais	
IPC – Índice de processos conciliados	
Unidades de primeiro grau do TRT	52%
Unidade Correicionada	65%

Meta 5/2017 - Baixar até 31/12 uma quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente	
IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	111%
Unidade Correicionada	132%



Meta 5/2018 - Baixar até 31/12 uma quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente	
IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	195%
Unidade Correicionada	113%

9 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2015-2020 – MAPA DE CONTRIBUIÇÃO DA UNIDADE

Registra o Desembargador Corregedor que, segundo informações procedentes da Assessoria de Gestão Estratégica deste Regional, a 4ª Vara do Trabalho de Campina Grande vem buscando contribuir para o alcance das metas do Planejamento Estratégico institucional, levando a efeito as iniciativas propostas no seu Mapa de Contribuição, construído em abril/2017, com vistas ao biênio 2017/2018.

10 SISTEMA IGEST

Trata-se o sistema IGest de uma nova ferramenta, desenvolvida pela Corregedoria Geral de Justiça, que apresenta um referencial numérico do desempenho de cada Vara, condensando os seguintes indicadores: **Acervo, Celeridade, Produtividade, Taxa de Congestionamento e Força de Trabalho.**



TRT -> Vara do Trabalho	Faixa de Casos Novos: Jan/ 2014 a Dez/ 2016	Acervo (Peso 0,2)	Celeridade (Peso 0,2)	Produtividade (Peso 0,2)	Taxa de Congestionamento (Peso 0,2)	Força de Trabalho (Peso 0,2)	IGEST
13a - PB -> Campina Grande - 05a Vara	1501 a 2000	3º	2º	3º	2º	1º	1º
13a - PB -> Campina Grande - 02a Vara	1501 a 2000	2º	4º	4º	3º	2º	2º
13a - PB -> Campina Grande - 06a Vara	1501 a 2000	1º	1º	6º	6º	6º	3º
13a - PB -> Campina Grande - 01a Vara	1501 a 2000	5º	3º	5º	5º	3º	4º
13a - PB -> Campina Grande - 04a Vara	1501 a 2000	4º	5º	1º	4º	5º	5º
13a - PB -> Campina Grande - 03a Vara	1501 a 2000	6º	6º	2º	1º	4º	6º

De acordo com a nova ferramenta, a 4ª Vara do Trabalho de Campina Grande apresentam o seguinte desempenho em relação às demais Unidades de mesmo grupo.

Em relação aos resultados, a Unidade praticou os seguintes índices (variável de 0 a 1*):

TRT -> Vara do Trabalho	Faixa de Casos Novos: Jan/2014 a	Acervo (Peso 0,2)	Celeridade (Peso 0,2)	Produtividade (Peso 0,2)	Taxa de Congestionamento (Peso 0,2)	Força de Trabalho (Peso 0,2)	IGEST	
							Resultado	Colocação
13a - PB -> Campina Grande - 05a Vara	1501 a 2000	0,2524	0,3825	0,4009	0,3502	0,4665	0,3705	1º
13a - PB -> Campina Grande - 02a Vara	1501 a 2000	0,2468	0,4681	0,4391	0,4868	0,4775	0,4236	2º
13a - PB -> Campina Grande - 06a Vara	1501 a 2000	0,0822	0,0651	0,8678	0,7736	0,5958	0,4769	3º
13a - PB -> Campina Grande - 01a Vara	1501 a 2000	0,5222	0,4321	0,4788	0,5210	0,5075	0,4923	4º
13a - PB -> Campina Grande - 04a Vara	1501 a 2000	0,4700	0,6977	0,3234	0,5047	0,5551	0,5102	5º
13a - PB -> Campina Grande - 03a Vara	1501 a 2000	0,6096	0,8676	0,3331	0,3294	0,5336	0,5347	6º

* Quanto mais próximo de 0 (zero) o índice, melhor o desempenho da Unidade



11 RECOMENDAÇÕES

De conformidade com o caráter preventivo e pedagógico dos trabalhos correicionais, o Desembargador Corregedor recomenda:

Aos Juízes:

1 Recomendações gerais:

- a) continuem a observar o estabelecido no §1º-A do art. 1º e art. 2º da Resolução Administrativa TST nº 1470/2011, quanto à prática de inclusão/alteração/exclusão da parte executada no BNDT, conforme o caso, que, na atual versão do Pje, pode ser realizada mediante impulsionamento do feito ao fluxo “cumprimento de providências”;
- b) observem regramento ditado pelo art. 879 da CLT, de forma a ordenar, de ofício, a liquidação do julgado, nas situações de sentença ilíquida;
- c) intensifiquem a prática de uso dos sistemas on-line, impulsionando os feitos para o fluxo correspondente ao sistema utilizado (BACEN, RENAJUD, INFOJUD, SERASA, etc);
- d) continuem com a prática de realização de inspeção periódica em número razoável de processos em tramitação na Vara, conforme determina o artigo 33 do Provimento Consolidado do nosso Regional;
- e) adotem o procedimento de instauração do incidente de desconconsideração da personalidade jurídica, na forma disciplinada pela CLT, art. 855-A;
- f) continuem a observar o disciplinamento ditado pelo art. 86 da Consolidação dos Provimentos da CGJT no que se refere à declaração, por sentença, da extinção da execução;
- g) observem as determinações constantes da Recomendação Conjunta GP.CGJT nº 3/2013, no sentido de encaminhar cópias das sentenças que reconheçam agentes insalubres no meio ambiente do trabalho ao endereço eletrônico **sentencas.dsst@mte.gov.br** do Ministério do Trabalho e Emprego, com cópia para o endereço eletrônico **insalubridade@tst.jus.br**, a fim de subsidiar o planejamento de ações de fiscalização;
- h) acompanhar a gestão de pauta em razão do incremento de ações submetidas ao rito sumaríssimo, após a reforma trabalhista.



2 Recomendações específicas:

- a) continuem a observar o teor da Recomendação TRT SCR nº 004/2017, de forma que, tão logo processada a requisição de precatório, seja declarada a extinção da execução com arquivamento provisório dos autos, até que haja a quitação do débito;
- b) adotem a praxe de lançar, por decisão, o sobrestamento dos feitos que aguardam o desenrolar de outros processos;
- c) adotem a prática de determinar o arquivamento definitivo daqueles processos que foram julgados improcedentes e aguardam, tão somente, o pagamento dos honorários periciais já em processamento no E. TRT da 13ª Região, porque o pagamento dar-se-á diretamente na conta do perito;
- d) procedam ao imediato julgamento dos embargos de declaração RTOrd 0130620-24.2015.5.13.0023.

Ao Diretor de Secretaria

1 Recomendações gerais:

- a) observe, com rigor, as recomendações da Ata de Correição, de forma a aprimorar o desempenho da Unidade e o cumprimento das metas do CNJ;
- b) continue a monitorar os relatórios fornecidos pelo Hórus e SAOPJe, a fim de verificar possíveis inconsistências na alimentação de dados pela Unidade e corrigi-las;
- c) incentive a equipe a executar os atos processuais no prazo assinalado pelo Código Processual Civil, art. 228, de forma a evitar que os feitos permaneçam indevidamente paralisados;
- d) controle, diariamente, o recebimento de correspondências eletrônicas, seja por e-mail ou malote digital;
- e) oriente a equipe a impulsionar os feitos, tão logo lançada “decisão” para uso dos sistemas *on-line*, para o fluxo “aguardando cumprimento de providência”, com indicação posterior do sistema a ser utilizado, de forma a fazer constar, na movimentação processual, os sistemas de pesquisa efetivamente consultados;



f) observe disciplinamento ditado pelo art. 28, XIX, do Provimento Consolidado do nosso Regional, quanto ao acompanhamento das Cartas Precatórias expedidas.

2 Recomendações específicas:

Inconsistência	Recomendação
RTOrd 0130647-41.2014.5.13.0023 Processo em fase de conhecimento, não obstante já em processamento a execução das contribuições previdenciárias	Lançar a movimentação “iniciada a execução”
RTOrd 0000739-23.2017.5.13.0023 RTOrd 0000953-14.2017.5.13.0023 RTOrd 0000618-92.2017.5.13.0023 RTOrd 0000208-68.2016.5.13.0023 Parcelas de acordo não lançadas. Há diversos outros processos em situação similar.	Acompanhar e controlar o lançamento, mês a mês, de todos os valores pagos, seja decorrente de acordo, pagamento espontâneo, custas, contribuições previdenciárias ou emolumentos
RTOrd 0130230-88.2014.5.13.0023 Em caixa “Análise do Sobrestamento - Aguardando decisão do TST”, não obstante já conste da movimentação processual no TST a devolução desde “18/09/2017 - Recebidos os autos (retorno do TST)”	Providenciar a imediata conclusão ao juiz
RTOrd 0001599-24.2017.5.13.0023 Processo se encontra em caixa “Cumprimento de providências – AUDIÊNCIA”, não obstante o sobrestamento até a decisão do RTOrd 001261-81.2016.5.13.0024	Providenciar o encaminhamento do processo RTOrd 0001599-24.2017.5.13.0023 ao fluxo “Sobrestamento”, tipo “Suspendo o processo por depender do julgamento de outra causa, de outro juízo ou de declaração incidente”
RTOrd 0001558-57.2017.5.13.0023 RTOrd 0000121-15.2016.5.13.0023 OS processos se encontram no fluxo “cumprimento de Providências”, não obstante aguarde realização de audiência em CPI. Há outros processos em situação similar	Remeter os feitos ao fluxo: “Análise de conhecimento” - “aguardando audiência” e lá criar uma subcaixa “CP expedida”
RTOrd 0001551-02.2016.5.13.0023 RTOrd 0000347-83.2017.5.13.0023 RTOrd 0000687-27.2017.5.13.0023 RTOrd 0001150-03.2016.5.13.0023 RTOrd 0001369-16.2016.5.13.0023 Processos julgados improcedentes, que aguardam, tão somente, o pagamento dos honorários periciais pela União, já requeridos ao TRT. Há outros em situação	Providenciar a conclusão dos feitos com proposta de arquivamento definitivo, uma vez que o pagamento ocorrerá diretamente na conta do perito



similar	
RTOrd 0130693-93.2015.5.13.0023 Processo já quitado desde início de janeiro/2018	Verificar possibilidade de arquivamento do feito
RTOrd 0001150-03.2016.5.13.0023 RTOrd 0000162-45.2017.5.13.0023 Processos paralisados há mais de 30 dias	Providenciar a imediata conclusão ao juiz
Foram identificados processos paralisados em tarefas intermediárias (Imprimir atos de comunicação, intimações automáticas com pendência, publicar Dje, recebimento de instância superior, registrar pagamentos, etc.)	Controlar e dar efetividade à prática dos atos processuais, de forma a manter sem processos essas caixas de tarefas intermediárias
RTAlç 0130739-82.2015.5.13.0023 O prazo para resposta à impugnação aos cálculos esgotou desde 26.02	Concluir o feito ao magistrado para decisão
RTSum 0000021-89.2018.5.13.0023 conciliado em 09.03.2018, no entanto permanece em fluxo concluso para decisão	Encaminhar ao fluxo aguardando pagamento
ExFis 0000486-69.2016.5.13.0023 Arquivado provisoriamente sem despacho do juiz e sem lançamento de certidão	Abster-se de encaminhar processos ao arquivo provisório sem determinação expressa do juiz condutor do feito. Lavar certidão atestando a inexistência de depósito judicial/recursal e que foram esgotados e infrutíferos os meios de coerção do devedor, conforme modelo constante no anexo IV da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho
RTOrd 0130217-55.2015.5.13.0023 Expedida CP sem acompanhamento junto ao Juízo deprecado	Observar disciplinamento ditado pelo art. 28, XIX, do Provimento Consolidado do nosso Regional
RTOrd 0000767-25.2016.5.13.0023 O trânsito em julgado ocorreu em 15.06.2016, mas a certidão só foi lavrada em 03.02.2018.	Proceder à certificação de trânsito em julgado, tão logo escoado o prazo recursal sem manifestação das partes
A Unidade adota tratamento diferenciado em processos que se encontram no fluxo para uso do sistema BACENJUD, a exemplo dos processos RTOrd 0000544-72.2016.5.13.0023 e RTOrd 0130471-28.2015.5.13.0023, ou seja, no primeiro foi lançada a movimentação “Expedido(a) bloqueio bacen a(o) destinatário”, no segundo não o foi	Adotar a praxe de, tão logo protocolizada minuta BACEN, indicar, em todos os processos, a movimentação “Expedido(a) bloqueio bacen a(o) destinatário”
RTOrd 0000196-20.2017.5.13.0023	Para fins de aprimoramento da gestão



RTOrd 0000767-25.2016.5.13.0023 RTSum 0000606-15.2016.5.13.0023 Execuções reunidas em CPE, expedida junto ao processo RTOrd 0001627-26.2016.5.13.0023	processual, recomenda-se que, quando do agrupamento de execuções, os processos agrupados sejam remetidos ao arquivo provisório, permanecendo em tramitação apenas o processo principal
Processo SUAP paralisado há mais de 40 dias, protocolos pendentes de juntada e/ou apreciação, e guias de protocolo vazias	Adotar providências cabíveis para o imediato impulsionamento do processo, para juntada e apreciação dos protocolos e eliminação de guias de protocolo vazias

Aos servidores da Vara:

1 Recomendações gerais:

- a) realizem a triagem dos processos, verificando a conformidade dos dados e assuntos indicados pelo advogado no sistema PJe com aqueles constantes da petição inicial, retificando-os, se for o caso, nos termos do §§ 3º e 5º do art. 19 da Resolução CSJT nº 185/2017;
- b) procedam ao registro, na movimentação processual, de todos os pagamentos e arrecadações efetuados, seja do valor integral ou parcial do crédito exequendo, seja de parcelas de acordo, bem como de recolhimentos das custas processuais, das contribuições previdenciárias e imposto de renda.

12 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Corregedoria Regional enaltece e parabeniza a Unidade pelo excelente índice alcançado na Meta 1/2017 do CNJ (**121%**) e que vem se repetindo no atual exercício (**129%**), dados que demonstram o comprometimento e operosidade de uma equipe que busca a entrega de uma prestação jurisdicional célere e efetiva.

Com igual satisfação, destaca os excelentes tempos médios de duração do processo, praticados pela Unidade, tanto na fase de conhecimento quanto de execução: **92** dias em 2016 e **83** dias em 2017 (abaixo da média do Regional de **99** dias), e, na execução, de **640** dias em 2016 para **524** dias em 2017.

A Unidade também se destaca pelos índices alcançado na meta 5 do CNJ: **132%** em 2017 e já atinge **113%** em 2018.



O índice de conciliação alcançado no período correicionado (**27,73%**) é inferior ao registrado na correição passada (**29,51%**) e abaixo da média do Regional, que oscila entre 30% e 35%. O Corregedor recomenda aos magistrados e servidores que intensifiquem a adoção de medidas efetivas voltadas à pacificação dos conflitos.

Diante dessas considerações, o Desembargador Corregedor enaltece a qualidade da atividade judicial desempenhada por todos aqueles que integram a 4ª Vara do Trabalho de Campina Grande e que buscam acelerar a prestação jurisdicional.

13 VISITA CORRECIONAL

O Desembargador Corregedor visitou a 4ª Vara do Trabalho de Campina Grande, oportunidade em que se reuniu com a Magistrada Titular, Juiz Substituto Fixo e servidores, orientando-os quanto às melhores práticas e dispondo-se a colher críticas e sugestões para a melhoria dos serviços.

14 AGRADECIMENTOS

O Desembargador Corregedor agradece à Juíza Titular Maria Íris Diógenes Bezerra, ao Juiz Substituto Permanente Sérgio Cabral dos Reis, à Diretora de Secretaria Rafaela Oliveira Marques Dantas e aos servidores: Alessandra Macedo Freire de Mesquita, Ângelo Rocha Maracajá, Emanuel Holanda Almeida, Érick Gustavo de Oliveira Sales, George Firmo Soares, Karwana Santos do Amaral, Lucila de Fátima Tenório Pereira, Marcus Flávio Bindá Praxedes, Pedro Apóstolo de Carvalho Filho, e Wolney César dos Reis Cabral, pelo tratamento cordial durante os trabalhos de correição.

15 ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, dar-se por encerrados os trabalhos, nesta data, e eu, Isêlma Maria de Souza Rodrigues, Diretora de Secretaria da Corregedoria Regional, lavrei a presente ata, a ser assinada eletronicamente pelo Desembargador



Corregedor, que deixa assinado o prazo de 08 dias, a contar do primeiro dia útil que segue, para a Vara do Trabalho, querendo, oferecer suas considerações.

A presente Ata será afixada no átrio desta Unidade Judiciária por igual prazo, publicada no DEJT e inserida na página oficial da Corregedoria na Internet.

João Pessoa, 14 de março de 2018.

WOLNEY DE MACEDO
CORDEIRO:103147770

Assinado de forma digital por WOLNEY DE MACEDO
CORDEIRO:103147770
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Cert-JUS Institucional -
A3, ou=Autoridade Certificadora da Justiça - ACJUS
v4, ou=TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 13A
REGIÃO-TRT13, ou=MAGISTRADO, cn=WOLNEY DE
MACEDO CORDEIRO:103147770
Dados: 2018.03.14 12:39:56 -03'00'

WOLNEY DE MACEDO CORDEIRO
Desembargador Corregedor